

IRMANDADE NEGRA E RESISTÊNCIA ESCRAVA

Elizete da Silva

Prof. Adjunto do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia
 Profa. de História da UFBA. Mestre em História

RESUMO – *A resistência escrava tem sido pesquisada, recentemente, por vários cientistas sociais. O presente artigo quer ser uma tentativa de contribuição ao estudo das relações que se estabeleceram entre a religião e o escravismo no Brasil.*

É sabido que a Igreja Católica, no período colonial, herdeira das tradições do padroado português, fazia parte da engrenagem da empresa colonial montada pela metrópole, tendo como parte de sua missão cristianizar/"domesticar" índios e negros. Com tal objetivo fundou-se a Confraria do Rosário – na segunda metade do século XVI – e outras confrarias congêneres lhe sucederam. No que pese os objetivos dos latifundiários e da hierarquia eclesiástica – os negros escravos transformaram as Irmandades de Cor em verdadeiros núcleos de resistência cultural: nichos de suas práticas religiosas ancestrais e agências de alforria.

O papel tradicional da religião, de legitimadora da ordem, é subvertido, a partir das necessidades concretas de homens cativos que buscam refazer espaços livres, donde pudessem resgatar a identidade cultural, também muitas vezes, expropriada à força.

ABSTRACT – *The slave resistance has been recently studied by a number of social scientists. In this article the author tries to improve the study of the relationship formed between religions and Brazilian slavery.*

During the colonial era the Catholic Church, which is heirress of the Portuguese ecclesiastical patronage, was a piece in the mechanism of the colonial enterprise mounted by the metropolis whose missions were among others, to tame indians and black people and also make them christians. Aiming at this ideal the Rosario's Brotherhood was founded in the middle of 16th century – and other similar brotherhoods followed it. Nevertheless, the owners or latifundium and the ecclesiastical hierarchy, the black slaves changed the colored Brotherhood into true cultural resistance nucleus, that is, niches of their ancestral religious practices and liberation agencies.

The traditional role of religion as legitimating instrument of the order is subverted as a consequence of concrete needs of captive men who search for remaking free spaces from where they could redeem their cultural identity, which most of the times was violently expropriated.

*Lo más terrible de todo es que nos
 obligaron a olvidar con el tiempo
 nuestros secretos ancestrales.*

Geraldo Maloney*

* Versos do poema 'Negros Civilizados'. O autor, poeta e sociólogo panamenho, é militante da Acción Reivindicadora del Negro Panameño.

Nas últimas décadas, o tema rebelião ou resistência escrava tem ocupado um espaço relativamente significativo na historiografia brasileira. No presente artigo, o nosso objetivo é resgatar de que formas e em que medida as irmandades de cor ou as confrarias também desempenharam um papel relevante no processo de resistência que o negro teve de empreender, para manter-se PESSOA, para manter-se HOMEM e, como tal, portador de uma cultura própria e de uma religião diferente da religião dos seus senhores. Infelizmente a exigüidade do espaço nos impõe limites, por isso destacaremos, na nossa análise, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade Sociedade Protetora dos Desvalidos

A religião tem sido comumente identificada com as forças conservadoras da sociedade, como instrumento de legitimação do *status quo* dominante. Todavia esta é uma constatação genérica que não corresponde à análise concreta de certos grupos religiosos.

É verdade que determinadas Igrejas, estabelecidas e aliadas ao Estado, ao longo da História, têm sido instrumento nas mãos das classes dominantes para justificá-las e conservá-las no poder. Entretanto não se pode perder de vista, a bem da verdade, que grupos minoritários e messiânicos têm se constituído em verdadeiras cidadelas contra a opressão, contestando a sociedade circundante, ora de forma agressiva e armada, ora de forma simbólica¹.

A linha teórica que perpassa a nossa análise concebe a religião como uma forma de representação que traça duas vertentes: a primeira reafirmando o papel legitimador e conservador e uma segunda que não elimina a primeira, mas mantém uma relação dinâmica, é a de que em determinadas formações históricas, em momentos específicos, a religião pode ter uma "função simbólica de ruptura ou protesto social"², conforme reflexões de François Houtart. É dentro dessa perspectiva que estudaremos as Irmandades de Cor no Brasil, não só como instrumento da catequese do colonizador, porém, principalmente, como uma forma de autonomia e preservação dos 'nichos' africanos em meio à sociedade escravista brasileira.

Cumprindo a sua missão catequética e evangelizadora dentro do sistema colonial, a Igreja fundou a Confraria do Rosário, em 1586, para os índios e negros com o fim de promover a piedade e a instrução religiosa... comprometiam-se os que entrassem na Confraria, a reunir-se naqueles mesmos dias para aprender a doutrina. Criada com tal objetivo, a Irmandade do Rosário espalhou-se em todo território brasileiro, como devoção dos negros escravos ou libertos, passando por isso mesmo a ser conhecida como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Além das irmandades de homens de cor, há notícias de instituições devocionais, tipicamente católicas, fundadas por negros e com maioria da população mestiça, a exemplo do Recolhimento do Preto, criado no Rio de Janeiro no século XVIII, por gestões e inspirações da negra Rosa Egipcíaca, liberta das Minas Gerais, que no final da vida, acusada de desviar-se de sã doutrina, foi presa e julgada pelo Tribunal do Santo Ofício.³

Luiz Monteiro, citando o Frei Agostinho de Santa Maria, assegura que, em 1722, na Bahia, das 131 devoções à Virgem, 27 devoções eram de Senhora do

Rosário e uma da Boa Morte.⁴

Além da Irmandade do Rosário outras surgiram, porém sem a mesma expressão, tais como, a Confraria do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos, fundada em 1752, que reunia-se na Igreja do Corpo Santo. Em 1823, fundou-se a Devoção do Senhor Bom Jesus da Consolação, exclusivamente de crioulos.

Por iniciativa de mulheres da nação Ketu, formou-se a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que reunia-se na Igreja da Barroquinha. Pierre Verger acrescenta que foi “à sombra desta igreja que se reuniram os primeiros participantes nos cultos dos deuses africanos da nação Ketu”.⁵

Tendo como finalidade primeira promover a instrução e explicar o amparo religioso aos seus associados, em 1832, um africano livre, ganhador no canto da Preguiça, fundou a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. Rezava nos termos de compromisso que a instituição seria composta de número ilimitado de sócios, que fossem exclusivamente de cor preta.

Embora fundada sob a égide da Igreja Católica, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, como posteriormente passou a ser designada a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, não priorizou seus fins confessionais. “Tal preocupação só se evidencia três meses após a sua criação, assim mesmo limitada a determinar os dias obrigatórios de se mandar celebrar missa”.⁶ Diferentemente da Irmandade do Rosário onde as atividades religiosas predominavam, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, no que pese a sua vinculação inicial à Igreja Católica, priorizou os objetivos sociais ou assistenciais.

Vinculada ao Estado Metropolitano pela instituição do Padroado, a Igreja Católica esteve presente e participou da empresa colonizadora desde as primeiras investidas portuguesas ao território brasileiro. Ao instituir o Governo Geral, a metrópole portuguesa definia que o principal objetivo pelo qual se mandava povoar o Brasil era “a conversão do gentio à fé católica”. Com a vinda da África de mão-de-obra escrava para trabalhar na colônia, os esforços missionários também se estenderam para aqueles que pejorativamente a Igreja considerava como filhos de Cam, herdeiros do pecado e da desobediência.

No início do século XVIII, o jesuíta Jorge Benci aconselhando os senhores de escravos como deveriam tratar os seus cativos, assegurava que era obrigação dos senhores “alimentar as almas de seus servos com a Doutrina Cristã”, as quais provenientes da “gentilidade de Guiné e mais parte da África tão rudes nos mistérios de nossa Santa Fé” “deveriam receber dos senhores não só o pão para o corpo, mas também o alimento para a alma”.⁷

Certa do paganismo da “gentilidade de Guiné”, a Igreja Católica vai empreender esforços no sentido de doutrinar os negros nos princípios da fé cristã, não só através dos padres, ou clérigos, “profissionais do sagrado”, mas além disso vai exigir dos senhores que também participassem do doutrinamento dos escravos, como uma verdadeira obrigação. “Logo cedo os jesuítas descobrirão que se fazia necessário, adaptar os dogmas da fé à mentalidade do negro. Atraí-los pela música que adoram,

pela dança, que é sua única distração, pela vaidade, o amor aos títulos, aos cargos decorativos". Tal pedagogia foi posta em prática exatamente através das irmandades religiosas.

Quais os reais motivos que levaram a Igreja a desprender tantos esforços na conversão dos negros? Não basta dizer que o projeto de expansão da Igreja Católica, passava pela catequese dos negros e dos gentios; além disso, no projeto colonizador do Estado Metropolitano, a Igreja desempenharia um papel de fundamental importância: dando respaldo ideológico e empreendendo à 'domesticação' de negros e índios, transformando-os em bons cristãos, dóceis e obedientes aos seus senhores conforme os ensinamentos da sagrada doutrina. O Catolicismo enquanto religião dos donos da casa-grande foi impingido às classes dominadas, também como uma forma de dominação. Citando Ribeyrolles, Bastide afirma que: "a disciplina da fazenda se fundamentava em duas bases: a existência do feitor e a do capelão ou do cura; o primeiro fiscalizando o trabalho com um chicote, o segundo enfraquecendo o espírito de revolta com sua cruz".⁸

Ainda observando a religião como um mecanismo de controle e de sustentação da ordem escravista, o barão de Pati do Alferes, fazendeiro, nos meados do século XIX, no Rio de Janeiro, assegurava que:

o escravo deve ter domingo e dia santo ouvir missa se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: isto é um freio que os sujeita muito, principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes e obediência cega a seus senhores, e a quem os governa.⁹

O veículo que a Igreja criou, e os senhores abençoaram como instrumento de controle e de subordinação pacífica, foi a Irmandade. No início do século XVIII, além de reconhecer que os escravos eram as mãos e os pés dos senhores, o Padre Antonil advertia os donos de escravos da seguinte forma:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados, e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar, e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito¹⁰

Sendo imposto o Catolicismo dos senhores, como reagiu o negro? Estudando a evangelização do negro no período colonial, João M. Mira afirma que o negro "também soube tirar partido desta situação e não tardou em se apropriar do mundo religioso que o Catolicismo branco lhe oferecia, relendo-o à luz do seu ethos"¹¹. Foi exatamente isto o que aconteceu com as irmandades: criadas na sua maioria para doutrinar, frear e submeter cordialmente os escravos, os mesmos não aceitaram a situação pacificamente e as irmandades de cor, transformaram-se em verdadeiras trincheiras de resistência cultural.

Julita Scarano, analisando as confrarias dos homens de cor no Distrito Diamantino, sugere que os irmãos deveriam viver em um verdadeiro drama, tentando ao mesmo tempo melhorar suas condições de vida, integrando-se na sociedade através das confrarias, por outro lado, talvez, diminuindo a possibilidade de vitória das revoltas coletivas.¹² Entretanto, a nossa opinião é que as irmandades e as revoltas coletivas são formas de resistência, e de modo nenhum excludentes. Os escravos não viveram todo o tempo em rebeliões ou em quilombos. "No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia".¹³

Por outro lado, convém acrescentar que as irmandades, instituições religiosas de origem medieval, foram criadas no Brasil, visando a catequese e a assistência religiosa dos leigos, estando todos sob a "Régia jurisdição do Rei de Portugal" que exigia o envio de todos os compromissos a Lisboa. No que pese tal objetivo nitidamente confessional, as irmandades de cor são um testemunho concreto das relações escravistas vigentes na sociedade baiana e brasileira no geral. Como um reflexo das divisões de classe e de etnia vigentes na população, que colocavam, no topo da pirâmide, livres/brancos e escravos/negros, na base, as Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo e a Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, estavam vedadas a todo aquele que não fosse "limpo de sangue sem alguã raça de Mouro, ou Judeu" e que não "fosse abastecido em fazenda de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade..."¹⁴ por sua vez, a Irmandade do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros, a mais importante dentre as de cor, recusava sistematicamente a entrada de brancos.

É importante acrescentar que o tesoureiro e o escrivão nas irmandades de cor, eram sempre homens brancos o que gerou, em 1778, um requerimento da Irmandade de São Benedito na Bahia, solicitando que fossem pretos os tesoueiros e escrivães, o que até então não lhes era permitido pela razão de não saber ler ou escrever, ou por não ser pessoa jurídica, conforme opina Hooernaert¹⁵, porém o motivo agora inexistia, pois alegavam "que hoje os mais déles (pretos) de qualquer qualidade são versados assim na Escrita, quer na Aritmética, como é notório na mesma cidade da Bahia".¹⁶ Não sabemos se a solicitação foi de imediato aceita, no entanto podemos deduzir pelas referências da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada na primeira metade do século XIX, que tal imposição havia caído, pois consta em sua documentação tesoureiro e escrivão eleitos pela Irmandade a qual era tão ciosa da manutenção do compromisso de ser de cor preta, para ingressar na mesma, que, em 1892, pôs em dúvida se um cidadão que requeria o seu ingresso, era realmente de cor preta.¹⁷

Tratado como verdadeira besta de carga, explorado enquanto mão-de-obra, completamente desenraizado de sua cultura, ao negro escravo só restavam os três P.P.P.: pau, pão e pano que o senhor lhe administrava nem sempre com proporcionalidade, conforme dizia Antonil, pois "provera a Deus, que tão abundante fosse o comer, o vestir, como muitas vezes é o castigo." Sobrevivendo miseravelmente, dentro desse quadro de completa marginalidade, participar de uma Irmandade apresenta-se para

muitos escravos e libertos como uma verdadeira válvula de escape, um oásis no deserto de humilhações e subserviência que lhe era imposto. Ser irmão em uma Irmandade era uma forma de ter prestígio, de resgatar a sua condição de homem, de se igualar ao branco pelo menos no aspecto religioso, mesmo que não pertencessem à mesma Irmandade, poderiam participar das solenidades religiosas e fazer festas e procissões tão ricas quanto as dos brancos, seus senhores.

Conforme Provisão Régia, os devotos da Irmandade do Rosário dos Pretos construíram uma Igreja na Baixa dos Sapateiros, às suas próprias custas, determinando-se "ir às pedreiras a quebrar pedra, carregando nos ombros para sítio donde a fundaram e os pretos que eram oficiais assim captivos como forros trabalharam, até que a puseram em sua última perfeição." Tanto se esmeravam no brilho e na alegria de suas festas, que vários testemunhos da época afirmam que o faziam "com tanta perfeição e grandeza que lhe não levam vantagens os brancos em nada".¹⁸

Um outro aspecto que reforça a nossa posição de analisar as irmandades de cor, como uma forma de resistência, é o fato de contar como compromisso da Confraria, trabalhar para a libertação daqueles que continuavam escravos. Scarano, estudando as irmandades do Distrito Diamantino conclui que as mesmas "funcionavam quase como um banco de alforria, que adiantava o dinheiro necessário mediante garantias, dando oportunidade ao irmão ir saldando posteriormente a dívida".¹⁹ Na Irmandade dos Desvalidos da Bahia, os bens que os confrades amealhavam também eram destinados à compra de carta de alforria. Chico Rei libertou todo o seu grupo sob a égide de Santa Ifigênia.

Ao lado da possibilidade da carta de alforria, a irmandade funcionava como uma espécie de agência para prestação de auxílio mútuo. Vivendo sob condições miseráveis, a assistência dispensada aos irmãos era algo extremamente atrativo. Os autores que trabalham o tema são unânimes em afirmar que a busca de um enterro decente e cristão era, na maioria das vezes, a motivação que levava muitos negros a ingressarem nas irmandades. Fazia parte do Compromisso da Irmandade do Rosário da Bahia o enterro digno e cristão para todos irmãos: os vivos estavam comprometidos a irem à igreja preparar o altar e o esquife, bem como acompanhar o féretro e executar todas as ave-marias e padres-nossos que o irmão falecido tinha direito.

Um outro aspecto, dos mais importantes, que a irmandade assumiu foi o de constituir-se em verdadeiros 'nichos' de preservação da cultura africana. Veículo da dominação religiosa imposta pela classe dominante e pela Igreja Católica, os negros transformaram as irmandades de cor em um espaço privilegiado para a preservação de seus costumes, de suas práticas religiosas, sob o manto protetor do Catolicismo. Ao lado dos santos negros: São Benedito, Santa Ifigênia e Santo Antônio de Catalagirone, o negro pôde guardar zelosamente seus deuses, ou seus espíritos, para melhor cultuá-los.

Em 1786, os negros da Irmandade do Rosário da Bahia, solicitaram à Rainha de Portugal que permitisse a continuidade de um costume praticado durante as festas, no qual se configura de forma bastante concreta o que se convencionou

chamar de Catolicismo Negro. Verger registra da seguinte forma:

Dizem os negros, devotos da gloriosa Senhora do Rosário, da cidade da Bahia, que antigamente lhes era prometido, para maior e geral contentamento e felicidade da festa da mesma Senhora, usarem máscaras e dançarem cantando em idioma angolano, com acompanhamento dos instrumentos para as cantigas e louvação.²⁰

Sob os auspícios da Irmandade e longe da ilegalidade dos candomblés, os negros mantiveram suas congadas, o culto dos seus deuses ancestrais, agora recriados e preservados dentro de um espaço que é cativo, mas que se torna livre na medida que é possível adorá-los e venerá-los com as antigas danças, com as antigas canções "que beberam com o leite de sua mãe", na África.

Discutindo a relação colônia/culto, Alfredo Bosi, de forma magistral, refere-se à importância das representações simbólicas na preservação da identidade de determinados grupos.

E o gesto, o canto, a dança, os ritos, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca. No mundo arcaico tudo é fundamentalmente religião, vínculo do presente com o outrora-tornado-agora laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustêm a sua identidade.²¹

Identificando como Catolicismo Negro as práticas que se desenvolveram dentro das irmandades de cor, Bastide o considera como um relicário precioso que a igreja ofertou, não obstante ela própria, ao negro, para aí conservar, não como relíquias, mas como realidades vivas, certos valores mais altos de suas religiões.²²

Oprimido pela sociedade escravista, discriminado pelo fato de ter a tez escura, completamente desprovido de qualquer direito, o negro inteligentemente utilizou o espaço que a religião oficial lhe ofereceu como um canal de expressão, como um instrumento de preservação da sua cultura, como um veículo de "protesto contra a angústia real" a que o escravismo o submetia.

NOTAS

¹ Elizete SILVA. *A Missão Batista Independente: uma alternativa nacional*, p.244.

² François HOUTART. *Religião e Modos de Produção Pré-Capitalistas*, p.11.

³ Luiz MOTT. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*, p.280 e seguintes.

⁴ Luiz MONTEIRO. *A Devoção de Nossa Senhora do Rosário*, p.96.

⁵ Pierre VERGER. *Fluxos e Refluxos do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos*. p-525.

⁶ Júlio BRAGA. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: Uma irmandade de cor*, p.27.

⁷ Jorge S. I. BENCI. *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*, p.84-85.

⁸ Roger BASTIDE. *As Religiões Africanas no Brasil*, p.163.

⁹ João José e SILVA, Eduardo REIS. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil*

- escravista.
- ¹⁰ André ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil*, p.54.
- ¹¹ João MIRA. *A evangelização do negro no período colonial brasileiro*, p.110.
- ¹² Julieta SCARANO. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos no Distrito Diamantino no séc. XVIII*, p.148.
- ¹³ Op. cit., nota 9, p.14.
- ¹⁴ A. J.R. RUSSEL WOOD. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia*, p.95.
- ¹⁵ E. HOOERNAERT. *História da igreja no Brasil*, p.386.
- ¹⁶ Orden Régias v. 72278 apud VIANNA, Luiz. *O negro na Bahia*, p.111.
- ¹⁷ Op. cit., nota 6, p.19.
- ¹⁸ Citado por Luiz MONTEIRO, nota 4.
- ¹⁹ Op. cit., nota 12, p.86.
- ²⁰ Op. cit., nota 5, p.524-525.
- ²¹ Alfredo BOSI, *Dialética da Colonização*, p.15.
- ²² Op. cit., nota 8, p.179.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Progresso, 1955.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira Ed. 1971.
- BRAGA, Júlio. *Sociedade protetora dos desvalidos: Uma irmandade de cor*, Salvador: Ianamá, 1987.
- BENCI, Jorge S.I. *Economia Cristã dos Senhores no governo dos escravos*, São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo et al. *História da igreja no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1977.
- HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*, São Paulo: Paulinas 1982.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália, 1938.
- MONTEIRO, Luiz. A devoção de Nossa Senhora do Rosário. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, v.10/11.
- MIRA, João Lima. *A evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1938.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: Uma Santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- REIS, João Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia*, Brasília: UNB, 1968.
- SCARANO, Julieta. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantino no Século XVIII*, São Paulo: Nacional, 1976.
- SILVA, Elizete. *A Missão Batista Independente: uma alternativa nacional*: Salvador, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, – Universidade Federal da Bahia, 1982.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Currupio, 1987.
- VIANA, Luiz. *O negro na Bahia*. São Paulo: José Olympio, 1946.